

# IV Congresso Nacional de Pesquisa Jurídica

Sustentabilidade, Desenvolvimento e Democracia

16 a 20 de Setembro 2024



## Análise do ativismo judicial a partir do caso Brown Vs Board of Education of Topeka

### Autor(es)

Hugo Malone Xavier Couto E Passos  
Rosimari Maria De Souza Aguiar  
Erivelton Lima De Almeida Santos  
Luciana Calado Pena  
Luiz Antonio De Oliveira E Araújo

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BELO HORIZONTE

### Introdução

O ativismo judicial, amplamente discutido atualmente, não é um fenômeno recente. Nos anos 50, a Suprema Corte dos EUA desafiou a separação dos poderes ao ampliar suas competências e interferir no Legislativo, exemplificado pelo caso *Brown v. Board of Education*. Nele, Linda Brown lutou no Judiciário para estudar em uma escola próxima, enfrentando uma decisão que segregava racialmente os estudantes sob a justificativa de "separados, mas iguais". Barroso associa o ativismo judicial a uma escolha do Judiciário de interpretar a Constituição de forma proativa, expandindo seu alcance e interferindo nas funções dos outros Poderes. Essa prática tende a ocorrer em contextos de retração social e insatisfação popular com os poderes representativos. Assim, o ativismo judicial se revela como um instrumento de transformação social, ainda que possa gerar debates sobre seus limites e implicações.

### Objetivo

Analisa a definição de ativismo judicial, buscando compreender se é uma tendência nos atuais sistemas democráticos. Além disso, a pesquisa busca estudar o clássico caso *Brown v. Board of Education*, julgado em meados dos anos 1950, nos Estados Unidos, para investigar sua adequação à definição de ativismo judicial.

### Material e Métodos

A metodologia utilizada para este trabalho foi baseada em uma revisão bibliográfica, cujo meio de pesquisa incluiu a Biblioteca Virtual Anhanguera e o Google Acadêmico, com o objetivo de identificar e analisar referências teóricas relevantes para o tema escolhido. Foram selecionadas obras de autores que abordam a temática de forma abrangente, permitindo uma fundamentação teórica consistente. O raciocínio empregado no desenvolvimento do trabalho foi o hipotético-dedutivo, que partiu da formulação de hipóteses baseadas nas leituras, seguido da verificação dessas hipóteses por meio da análise crítica das fontes consultadas. Esse processo permitiu a problematização e o confronto de diferentes perspectivas, contribuindo para um aprofundamento reflexivo sobre o tema.

# IV Congresso Nacional de Pesquisa Jurídica

Sustentabilidade, Desenvolvimento e Democracia

16 a 20 de Setembro 2024



## Resultados e Discussão

O ativismo judicial tem origem norte-americana, como observado; no Brasil, iniciou a partir da Constituição Federal de 1988. Infere-se que o ativismo judicial é um fenômeno tendencial em Estados que adotam o constitucionalismo moderno, que é mais democrático e amplia as competências para exercer controle de constitucionalidade, além de mostrar maior inclinação ao atendimento de demandas sobre direitos fundamentais, especialmente em um sistema em que a legislação muitas vezes é omissa ou imprecisa.

O Judiciário atua com protagonismo nas competências do Legislativo e do Executivo, buscando gerar satisfação na população que busca proteção de seus interesses. O ativismo judicial não deve ser visto como algo ruim; em muitos casos, pode ser benéfico ao preencher lacunas na legislação. Um exemplo claro é o caso *Brown v. Board of Education*, que mostrou a efetividade do ativismo no campo jurídico, superando qualquer pensamento negativo referente ao fato.

## Conclusão

O ativismo judicial pode ter um caráter positivo ou negativo. O caso *Brown v. Board of Education* exemplifica um ativismo judicial positivo na história jurídica, especialmente em questões de direitos fundamentais, sendo considerado um avanço importante. Portanto, o ativismo judicial deve ser visto como benéfico, dependendo de como é aplicado. O sucesso do ativismo judicial depende de sua capacidade de se alinhar com os valores e as demandas sociais, promovendo mudanças positivas e inclusivas.

## Referências

- SUFFRAGIUM. Revista do Tribunal Eleitoral do Ceará, v. 5, n. 8, 2009.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988. Brasília, 1988.
- MOREIRA, Mellissa de Carvalho. Reflexões acerca do ativismo judicial: os riscos da atuação extralegal do poder judiciário. Artigo (Graduação em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2018.
- FERREIRA, Eber de Meira. Poder judiciário, ativismo judicial e democracia. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.